

CRISE ECONÔMICA E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL*

ROSSI, Pedro Linhares**
GIMENEZ, Denis Maracci***

Palestra subdividida em dois tópicos. O primeiro tópico será apresentado pelo professor Pedro Rossi e o segundo pelo professor Denis Gimenez.

1 CHOQUE RECESSIVO E A MAIOR CRISE DA HISTÓRIA: a economia brasileira em marcha ré

Apresento para vocês algumas das nossas reflexões. Conheço a fama da Escola Judicial, e isso me dá um prazer maior ainda de estar aqui neste momento para compartilhar esses pensamentos.

Farei uma breve apresentação sobre o conjunto de questões que temos tratado na Unicamp referentes à crise econômica que vivemos, e analisamos a crise em aspectos como os seus antecedentes, as suas causas, a sua profundidade, a sua caracterização e a eventual recuperação, que está muito propagandeada, mas, em nossa opinião, ainda não dá para afirmar que teremos uma recuperação, pois existem alguns dados que são falseados no debate público e podemos apontar, ao final desta exposição, alguns elementos que mostram que ainda tem campo pela frente para uma recuperação econômica.

O título desta apresentação reproduz o título de uma nota que nós publicamos no âmbito do Cecon, que é o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica. Trata-se de uma nota técnica, uma nota curta que tem umas cinco páginas, que foi publicada na semana passada e teve alguma repercussão, inclusive foi manchete do jornal

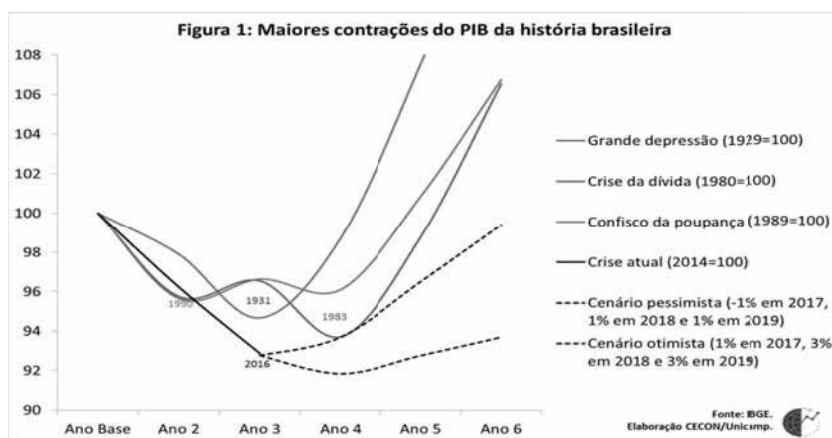
*Proferida em 19 de maio de 2017, no Auditório 1 da Escola Judicial do TRT da 15ª Região, à Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP.

**Professor Doutor do Instituto de Economia da Unicamp. Diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, Cecon. Pesquisador associado da Rede Desenvolventista e diretor da Sociedade Brasileira de Economia Política, do SEP. Graduado em Economia pela UFRJ. Mestre e Doutor em Economia pela Unicamp.

***Professor do Instituto de Economia da Unicamp. Doutor em Desenvolvimento Econômico. Mestre em Economia Social e do Trabalho. Atualmente Diretor do Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho, Cesit.

Correio Popular, edição de domingo¹. Ela tenta apontar quais são as causas principais dessa crise que vivemos no Brasil, essa crise econômica.

Início mostrando a gravidade da crise: de fato não é uma crise econômica qualquer, não é uma crise econômica cíclica, é uma crise econômica estrutural e é a maior crise econômica da história brasileira, entendida como uma contração da renda, uma contração do PIB, que é o indicador usado para medir a renda. Esta talvez não seja a maior crise econômica se tomarmos indicadores sociais, se analisarmos o desemprego ou pensarmos na hiperinflação que vimos na década de 1980, mas ela é a maior crise econômica considerando a contração do PIB, ou seja, em média, a renda dos brasileiros caiu de tal maneira que nenhuma outra crise produziu esse efeito, esse é o argumento.



Observem a Figura 1, que mostra a comparação de várias crises da história brasileira. A primeira crise é a da década de 1930, que podemos chamar de “grande depressão”, por decorrer evidentemente da queda da Bolsa de Nova York, da grande crise internacional que o capitalismo viveu nessa década de 1930, e esses são os dados do PIB brasileiro da época. Não temos certeza ou dimensão da veracidade desses dados porque a contabilidade era muito limitada, mas o que observamos aqui é que houve uma queda no PIB em torno de 5% nos anos 1930 e 1931, tendo como base os 100%, e aí o PIB cai durante dois anos seguidos nesse período, e depois recupera-se rapidamente e volta ao patamar de 29% logo em 1933. Então este gráfico [vide linha anotada com o ano 1931] mostra como foi a crise e a recuperação na década de 1930.

A outra linha, anotada com o ano 1983, mostra uma outra grande crise brasileira, que foi a crise da década de 1980 - foi decorrente da dívida externa brasileira, houve um choque de juros em 1979, quando

¹VALLI, Raquel. Crise é a maior da história do Brasil, diz estudo da Unicamp. **Correio Popular**, Campinas, 14 maio 2017.

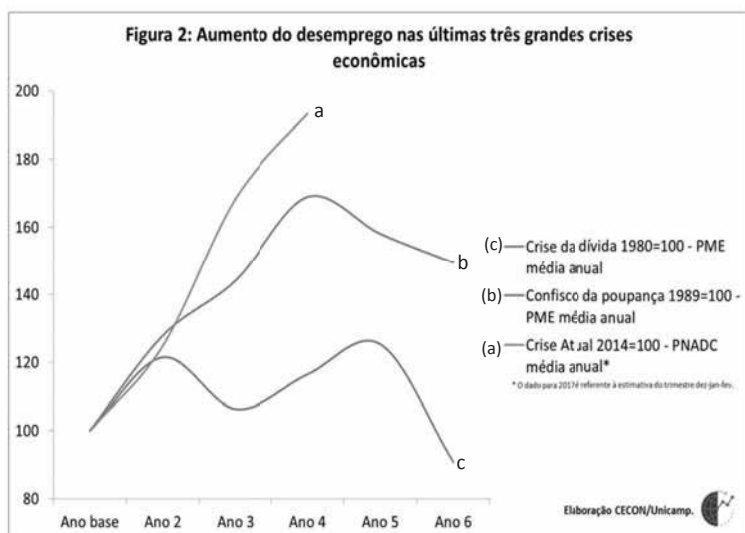
Paul Volcker era o presidente do Federal Reserv dos EUA (ainda não era presidente daquele país o Ronald Reagan, era o Jimmy Carter). Houve o choque de juros que levou a América Latina como um todo para uma grande crise, que foi chamada de a “Década Perdida”, e com a crise da dívida o PIB caiu aqui no Brasil em torno de 6%, considerando os quatro anos de crise. Houve uma breve recuperação e depois houve uma outra queda em 1983, que é o piso da crise da década de 1980.

O Brasil viveu também uma outra grande crise, que é a da década de 1990. Essa crise não veio do setor externo como as duas anteriores, ela veio principalmente por motivos internos, relativos ao confisco da poupança. Quando o governo Collor confiscou a poupança, foi uma contração natural da economia por ser um choque monetário: confisca-se a poupança das pessoas e o gasto na economia se contrai; houve uma queda forte do PIB, mas logo houve uma recuperação a partir do quarto ano - então o fosso aqui em 1990.

Na crise atual (descrita por esta linha anotada com o ano 2016) são dois anos seguidos de queda da renda média, ou seja, de queda do PIB - isso não acontecia desde a década de 1930, de acordo com os dados, e é uma queda muito maior do que as outras, ou seja, a renda média dos brasileiros se contraiu 7%. Significa que alguns setores contraíram muito mais do que isso, outros setores menos, mas em média o PIB se contraiu, e a renda, na média, dos brasileiros, contraiu 7% em 2015 e 2016, em comparação à média de 2014 - então é a maior crise da história brasileira, considerando a contração da renda. E aqui tem alguns cenários de recuperação: um cenário otimista, que está cada vez mais distante, e um cenário pessimista, que considera uma queda ainda no ano de 2017 e uma recuperação suave em 2018/2019, que é esta linha pontilhada mais baixa no gráfico - seria uma recuperação em “L”, e esta outra linha também pontilhada que aparece mais acima, seria uma recuperação em “V”. Mesmo a recuperação em “V”, ou seja, num cenário otimista, não recuperaríamos a renda de 2014 antes de 2019, provavelmente só conseguiríamos a partir de 2020, e aí voltaríamos ao mesmo patamar de renda de 2014. Tudo isso para dizer para vocês que é uma crise muito grave, uma crise muito severa e a maior crise da história brasileira.

Bem, aí começam as perguntas: Por que nós estamos vivendo essa grande crise? Qual é a principal causa dessa grande crise? Existem vários diagnósticos. Tem o diagnóstico que eu diria que é predominante na mídia, do qual discordo profundamente, que é o diagnóstico de que a crise atual é decorrente de efeitos defasados dos governos Lula e Dilma 1, que na verdade as medidas do governo Dilma 2 foram no sentido de corrigir. Nossa análise procura mostrar que houve na economia brasileira um “choque recessivo” em 2015, no governo Dilma 2, e que precipitou a maior crise da história - isso não quer dizer que não haveria crise se não houvesse o choque, mas isso quer dizer, sim, que não haveria a maior crise

da história se não houvesse um choque recessivo na economia em 2015, e mostrarei alguns dados que demonstram isso. Porém, antes disso tem mais um dado que ilustra a crise, que é o dado de emprego, que o Denis vai discutir melhor daqui a pouco, mas que também se compara com as duas últimas grandes crises e mostra que é a maior aceleração da taxa de desemprego dentre as três últimas grandes crises brasileiras: a crise da década de 1990 e a crise da década de 1980. Não comparo patamar porque as metodologias são diferentes das séries, então não faria sentido comparar patamar de desemprego, mas faz sentido comparar aceleração da taxa de desemprego dentro das várias metodologias, e isso é feito neste gráfico. Então, a crise atual também é a crise que mostra a maior aceleração da taxa de desemprego dos últimos tempos.



Falarei um pouco dos antecedentes dessa maior crise da história e rapidamente, em linhas gerais, o que achamos do crescimento econômico durante o governo Lula e os limites desse crescimento econômico.

Apresento a ideia de Celso Furtado, que é um grande economista que analisou os antecedentes da maior crise da história brasileira:

O ciclo de crescimento amenizou características típicas do subdesenvolvimento: (i) ao modernizar os padrões de consumo de uma parcela importante da população; e, (ii) ao melhorar qualitativamente o mercado de trabalho reduzindo o desemprego e a informalidade, em condições de relaxamento da restrição externa.

No entanto, o modelo de crescimento não logrou: (i) modernizar a estrutura produtiva de forma a sustentar as transformações do lado da demanda; e, (ii) incluir a mão de obra em setores de maior produtividade. Nesse

sentido, esse ciclo de crescimento não superou entraves estruturais, apenas reconfigurou alguns aspectos do subdesenvolvimento brasileiro. (ROSSI; MELLO, 2016, p. 260).

Para sistematizar a história, os governos Lula promoveram uma grande dinamização do mercado interno por vários motivos: têm o crédito, que foi um elemento fundamental para dinamizar o mercado interno, e também as políticas sociais, principalmente o aumento do salário-mínimo - significa que incluíram uma parcela da população no mercado consumidor, há uma inclusão por meio, digamos, do consumo, que talvez tenha sido maior que uma inclusão por meio dos direitos, no caso dos governos Lula. Isso dinamiza o lado da demanda e cria mercado consumidor, cria demanda, isso não necessariamente é ruim para o lado da oferta, tem muita gente que diz que aumento de salário é ruim para economia porque o empresário tem mais custo, portanto, ele investe menos. Essa é uma análise que olha só para um lado da história, porque o salário é custo sim, mas o salário também é demanda, e ao aumentar a demanda, o salário permite uma ampliação da capacidade produtiva das firmas e um ganho de escala. Esse ganho de escala pode aumentar a produtividade fazendo com que o aumento do salário aumente também o investimento. Não quer dizer que não haja uma contradição entre consumo e investimento, entre aumento de salários e lucro dos empresários - o que o governo Lula mostrou, na verdade, é que pode sim aumentar salário-mínimo e reduzir taxa de desemprego e aumentar o crescimento num ciclo vicioso, que mistura demanda e crescimento.

Qual é o problema básico? O problema ali é que o governo Lula dinamizou o lado da demanda, mas não dinamizou suficientemente o lado da oferta, ou seja, a capacidade produtiva para atender esse dinamismo da demanda não acompanhou o crescente aumento e modernização dos padrões de consumo, e, usando as palavras do Celso Furtado, o Brasil modernizou os padrões de consumo sem, no entanto, modernizar a estrutura de oferta. Modernizar a estrutura de oferta significa tecnologia, significa autonomia no processo de desenvolvimento, significa centralizar as decisões de investimento, significa diversificar a estrutura produtiva. Houve tentativas de dinamizar a estrutura de oferta, mas elas não foram suficientes, e havia um grande sentimento *boom* do lado das *commodities*, que amenizava os fatores limitadores do desenvolvimento, ou seja, permitia que essa estrutura de demanda fosse crescente sem, no entanto, esbarrar em limitações do lado da oferta - era tanto dólar entrando pelo lado das exportações de produtos primários que não percebíamos essa limitação estrutural do lado da oferta. Percebemos isso depois da crise de 2009, quando o dinamismo da demanda começou a “vazar fora” de uma maneira muito forte.

O que é vaziar para fora? É importar. É você importar porque a produção doméstica não dá conta e começa a faltar dólar. A partir de 2009, principalmente a partir de 2011, quando os efeitos da crise são sentidos de maneira mais forte, havia uma limitação estrutural que não foi resolvida no governo Lula, e o governo Dilma herdou essa limitação estrutural, tentou lidar com ela de maneira, a meu ver, na direção correta, mas de maneira equivocada. Neste momento entro na discussão do governo Dilma, então no limite que o governo Lula promoveu uma organização da estrutura de demanda, mas não superou entraves estruturais para o nosso desenvolvimento. Essa é a nossa opinião.

O governo Dilma se separa em dois momentos: o primeiro momento, que é relativo ao primeiro mandato, chamamos de momento industrialista. Industrialista, que não significa industrializante. Industrialista que significa atender aos interesses de um determinado setor, que é o setor industrial. Por que dizemos isso? Porque o conjunto de medidas do primeiro mandato Dilma foi voltado basicamente para atender a esses interesses. E de forma irônica, até a pauta da Fiesp foi atendida pelo governo Dilma; depois a Fiesp virou algoz do governo Dilma.

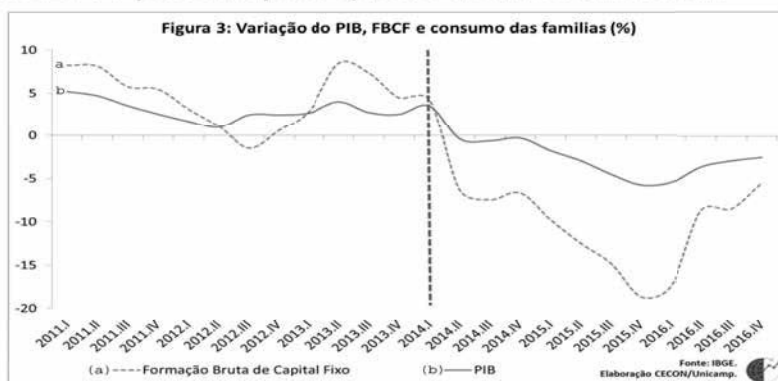
Com exceção da reforma trabalhista e outras medidas relacionadas ao mercado de trabalho, o governo Dilma atendeu às demandas do setor industrial. E quais eram elas? Eram as desonerações, a reprodução do discurso da competitividade e dos subsídios, os empréstimos do BNDES, o realinhamento dos preços macroeconômicos. Quando houve uma redução das taxas de juros a Fiesp apoiou, quando houve uma desvalorização da taxa de câmbio a Fiesp apoiou.

Qual era o intuito que estava por trás dessas medidas? Ora, visto que tem um problema de oferta, que é uma herança do governo Lula, tem o dinamismo da demanda e uma oferta que não acompanha. Vamos incentivar o lado da oferta, e vamos incentivar o lado da oferta por meio do estímulo ao setor privado. Esse raciocínio parece correto, e poderia funcionar em determinados momentos, mas não funcionou. As desonerações, ou seja, quando se dão incentivos tributários para o setor industrial, esse setor pode investir ou pode simplesmente engordar a margem, o que às vezes é necessário diante da concorrência estrangeira, e foi o que aconteceu. Esse estímulo não se reproduziu em termos de investimento, em termos de crescimento econômico. Não observamos isso, foi uma aposta no setor privado que não funcionou da maneira como se pensava, assim como a tentativa de dinamizar a infraestrutura doméstica também não funcionou. Os leilões de infraestrutura não funcionaram por vários motivos, motivos técnicos e talvez incompetência política etc., mas a economia brasileira começou a andar de lado e a desacelerar. Ela não entrou em recessão, mas ela desacelerou. Esse conjunto de desonerações tributárias junto com uma queda na taxa de crescimento fez com que

as receitas do governo caíssem muito, e aí, ao final de 2014, houve um problema fiscal. Esse problema fiscal foi amplificado de uma maneira muito forte para gerar, digamos assim, um ambiente político de forma a mudar completamente a política econômica: aí é uma virada completa na política econômica do governo Dilma em 2015, é a história de fazer “cavalo de pau” com transatlântico.

O governo Dilma mudou completamente a política macro, mudou completamente a estrutura de incentivos, mudou completamente a política de crédito, que é a história do financismo. Ilustramos a ideia do ministro Joaquim Levy e da nova equipe econômica que a presidente Dilma Rousseff empossou: era a ideia da austeridade. E o que é a austeridade? Ela é uma palavra que é emprestada à economia, porque austeridade é quase que uma palavra da filosofia moral, uma pessoa austera, digamos, que é uma virtude das pessoas, uma pessoa austera, uma pessoa séria, pessoa sóbria, e a economia emprestou no sentido de falar: olha, um governo que pratica a austeridade é um governo sóbrio, é um governo sério, é um governo que gasta menos do que arrecada, é um governo que é responsável - e a austeridade não é só fiscal, ela é também um ajuste da economia que tenta fazer com que volte a um equilíbrio hipotético, por meio de uma redução do gasto público e também uma redução dos salários reais. Então estas são as políticas da austeridade, e as políticas da austeridade vieram ao Brasil a partir de 2015 de uma maneira muito forte, não só fiscal. Houve um choque fiscal, mas houve também um choque de preços administrados, um choque monetário, que mostrarei para vocês nos gráficos seguintes.

Desaceleração da renda começa a partir do 2º tri de 2014 puxada pela queda do investimento...

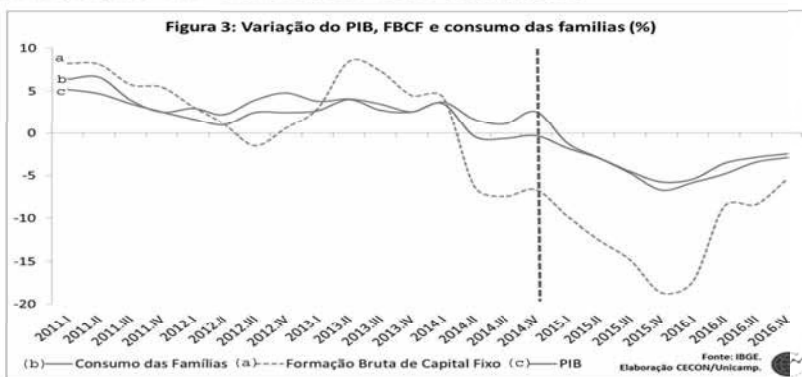


Um primeiro ponto, comentando sobre a crise: a desaceleração da renda não começa em 2015, ela começa antes, a partir de 2014, o que é mostrado pela linha vertical no gráfico. O que está se mostrando é uma desaceleração do investimento, de formação bruta de capital fixo e uma desaceleração do próprio PIB, que cai. O que acontece em 2014

tem uma mudança grande no cenário externo. Essa mudança decorre de uma queda brutal no preço do petróleo e uma mudança na estratégia da Petrobras, que começa a desinvestir de uma maneira muito forte, acompanhando o mercado externo e também em resposta às investigações que nela já ocorriam - isso faz com que a taxa de investimento caia muito. Evidentemente existem outros fatores, tem o cenário de incerteza decorrente das eleições, tem um pessimismo no setor empresarial. Isso faz com que a taxa de investimento caia muito. É natural do ciclo econômico a queda na taxa de investimento. Investimento é aquela variável que mostra a ampliação da capacidade produtiva. O empresário não está o tempo todo ampliando a capacidade produtiva, ele aumenta durante um tempo, depois ele fica sem investir, depois ele aumenta também. E é por isso que a economia tem ciclos econômicos, e o investimento explica muito desse ciclo, que é a variável que puxa, porque o consumo e as outras variáveis de demanda são variáveis mais estáveis, as famílias consomem, aumenta-se um pouco o consumo, aumenta-se menos, mas não tem essa volatilidade que tem o investimento. O investimento é uma variável que explica muito, e aqui explica uma queda forte da economia em 2014. Ela não entra em recessão em 2014. O termo recessão se refere a três trimestres consecutivos de queda do PIB - isso não acontece em 2014, só acontece em 2015.

Em 2015 a crise muda de natureza. Vejam o gráfico seguinte, a linha vertical apontando para o início de 2015. Observamos a linha vertical pontilhada mostrando que em janeiro de 2015 ela muda de natureza, porque o consumo das famílias indicado pela linha "b" continua positivo em 2014, contribuindo positivamente para o crescimento do PIB. Porém, a partir de 2015 isso cai e entra em terreno negativo. O consumo das famílias é a variável que tem mais peso para explicar o crescimento econômico, e a partir de 2015 vemos uma queda muito forte no consumo das famílias.

...mas em 2015 a crise muda de natureza, com a contração do consumo das famílias.



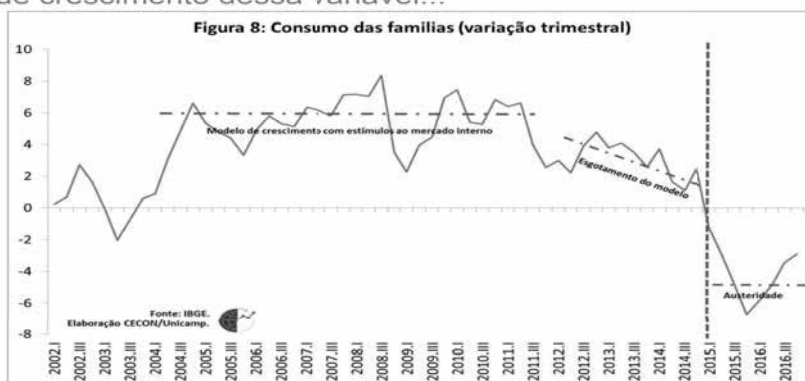
Esta é uma visão mais ampliada. Afastando-se um pouco do curto prazo e olhando o período mais longo a partir de 2012, analisando

essa variável chave, que é o consumo das famílias (b), esse período é o que caracterizei como modelo de crescimento com estímulo ao mercado interno, em que há um crescimento muito forte do consumo das famílias. Uma parte da população que não participava do mercado consumidor passa a participar desse mercado - isso gera efeitos dinâmicos, e um crescimento decorrente disso, que é esse período.

Esse foi o período do governo Dilma, que foi um esgotamento desse modelo, e foi de certa maneira natural, esperado - todo ciclo de consumo, como o próprio nome diz, tem um ciclo, ou seja, tem uma ascensão e tem uma queda, não dá para consumir sistematicamente mais e mais. Geralmente os fatores que explicam são fatores decorrentes da própria natureza da atividade de consumo, se distribuo renda e incluo uma parcela da população no mercado consumidor, no momento dessa inclusão estou aumentando o mercado, depois chega um momento que esgota essa inclusão, e esse aumento vai diminuindo até se esgotar. A própria atividade de consumo também tem características que são naturais, simplesmente não se compra duas, três vezes uma televisão ano a ano, ou um carro ano a ano, ou uma geladeira ou uma máquina de lavar. As pessoas compram de uma vez e pronto. À medida que se inclui a população nesse mercado, vão se esgotando as possibilidades de ampliação da escala de investimentos das empresas.

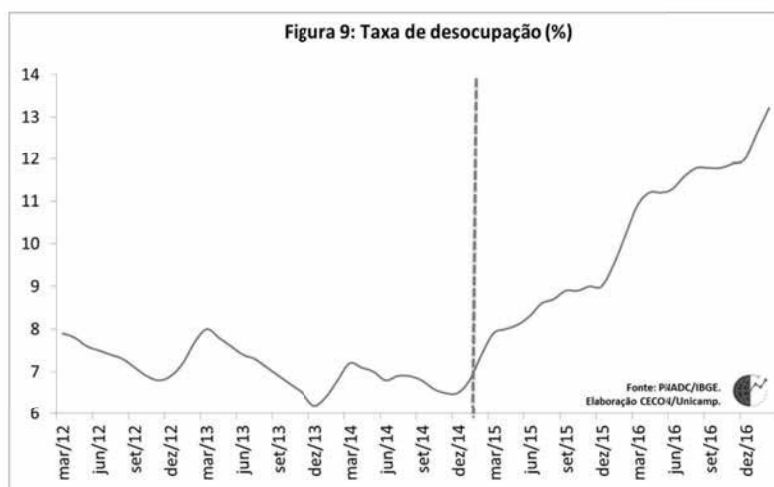
Da mesma forma com o crédito. Crédito não é uma variável que pode ser indefinidamente crescente. O Brasil viveu ao final da década de 2000, entre 2006 e 2008, uma onda de crédito que foi enorme. A taxa de crescimento dos créditos para a família crescia 20% ao ano, e isso foi decorrente de uma inclusão bancária. Pessoas que nem tinham conta bancária passaram a ter conta bancária, junto com outras políticas de crédito, e essa taxa de crédito crescia. Mas evidentemente que esse processo não conseguiu perdurar sistematicamente, então a queda no crescimento da taxa de crédito também explica uma queda no próprio consumo das famílias, que é apresentada na linha pontilhada da Figura 8.

A série longa mostra uma quebra estrutural no consumo das famílias no 1º tri de 2015, o que encerra o longo ciclo de crescimento dessa variável...



Esgotado esse modelo, a tendência de queda do crescimento do consumo das famílias não explicou a quebra que existiu na série, que os economistas chamam de quebra estrutural, e aí o patamar do consumo foi para o negativo, para mais de 4% negativo. O que se está dizendo é que essa quebra estrutural não é decorrente de efeitos defasados, ela teve um elemento adicional, terá que ser explicada de uma hora para outra: uma queda brutal no consumo das famílias, uma queda brutal no investimento e a maior crise da história. Não é uma sequência natural de um esgotamento, ou seja, de um modelo que vinha com dificuldades. É uma coisa diferente. A crise muda de natureza, e o mesmo acontece no mercado de trabalho, que o professor Denis vai explorar melhor que eu no próximo segmento.

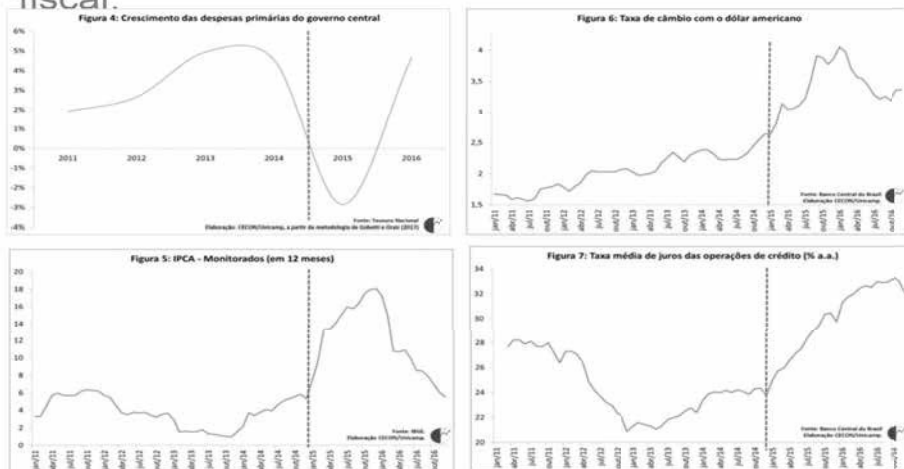
... O ajuste no mercado de trabalho também começa a partir do primeiro tri de 2015.



A partir de janeiro de 2015 a taxa de desocupação dispara, ou seja, tem um conjunto de questões que começa a partir de 2015. E esse conjunto se explica dizendo o seguinte: houve na economia brasileira um choque recessivo, e esse choque recessivo pegou a economia brasileira numa situação extremamente frágil. A análise é que não estava tudo muito bem, e em 2015 ocorreu um problema que gerou crise.

A economia brasileira estava muito fragilizada. Os componentes da demanda, que chamamos consumo das famílias, investimento, demanda externa (que são as importações dos países dos nossos produtos) e o gasto do governo já estavam fragilizados. O que aconteceu é que o governo deu um choque no componente da demanda que ele controla, que era o próprio gasto público, e teve uma redução deste gasto público, apontada na Figura 4.

Essa quebra estrutural coincidiu com um choque de custos, inflação e preços relativos e um choque fiscal.



São as despesas primárias do Governo Federal, em 2015, que têm uma contração do gasto público enorme. Então quando se compara o tamanho do gasto com o próprio PIB denominador, o gasto numerador, quando o PIB cai enormemente, é claro que não se percebe tanto o problema, mas o fato é o gasto real, ou seja, o quanto que o governo gastou em um ano comparado com outro ano tem uma queda de em torno de 4%, o que é muito considerável, pois o gasto público do Governo Federal cresce em torno de 4% ao ano, e então chega um ano que cai em torno de 4%.

E por que isso é importante? Porque na economia o gasto de alguém é a renda da outra pessoa. Se uma pessoa para de gastar, a outra para de receber. É muito simples isso. Então se eu parar de gastar, se tomei a decisão de não gastar, alguém vai parar de receber, ou seja, eu vou ao supermercado e não vou comprar tal produto, o dono da empresa de tal produto vai deixar de receber de uma pessoa, eu vou deixar de frequentar tal restaurante, esse restaurante vai ter uma pessoa a menos, a receita dele vai ser menor - então o gasto de alguém é a renda da outra pessoa. Quando se tem um grande gastador no sistema e esse grande gastador para de gastar, são milhões de pessoas que param de receber. Quando a Petrobras contrai gasto, decide não investir, são milhões de fornecedores, são milhões de empresas que deixam de receber. Da mesma forma, quando o Governo Federal contrai o seu gasto, são servidores públicos que param de receber, são empresas privadas que têm demandas e encomendas do Governo Federal que param de receber, então esse elemento faz com que a economia desacelere. Isso não quer dizer que o governo não tem que cortar gasto em momento nenhum, quer dizer

outra coisa, na verdade. Quando todos os elementos da demanda estão desacelerando, as famílias já não estão comprando, as empresas já não estão investindo, a demanda externa está ruim por causa da crise internacional, se o governo também contrair o seu gasto a economia vai para o buraco, porque é mais um elemento de contração no sistema. O governo tem que cortar gasto quando as famílias estão consumindo muito, quando as empresas estão investindo muito, quando tem demanda externa - nesse momento, se o governo gastar muito ele pode estar sobreaquecendo a economia, porque ele pode estar demandando coisas e as empresas já têm mil encomendas, e aí o resultado aparece no preço, pode gerar inflação. Pode não, necessariamente gera inflação. Mas em uma economia onde a demanda está totalmente travada, uma contração de gasto do governo é prejudicial à economia, e esse discurso da austeridade não captura isso. O discurso é sistemático.

É a história do governo não poder gastar como a dona de casa. Tem que cortar gasto, e esse discurso é um veneno para a economia brasileira, atende a alguns interesses, mas é muito prejudicial para a situação. O governo não é a dona de casa, não tem nada a ver com a dona de casa. A dona de casa, quando gasta o dinheiro, este não volta para ela de jeito nenhum. É diferente do governo, que quando gasta, de alguma forma está dinamizando a economia e arrecadando impostos; a dona de casa não pode se financiar em uma moeda que ela mesma emite, a dona de casa não emite moeda, ela não tem uma máquina de fazer dinheiro; o governo tem a máquina de fazer dinheiro, e não precisa nem usar essa máquina, porque ele tem elementos para usar que não implicam em emissão de dinheiro - tem a dívida pública, que é o ativo mais aceito no sistema, e o governo pode usar isso. O governo não é a dona de casa, não é a família. O governo tem que fazer o contrário da família: quando a família está contraindo gastos por motivos que são racionais, são razoáveis (ela, por exemplo, não tem certeza quanto ao futuro, não quer gastar agora porque quer se proteger), o governo tem que fazer o contrário, ele tem que gastar quando as famílias param de gastar e contraem o seu gasto, o governo tem que entrar gastando; quando as empresas contraem os gastos o governo tem que entrar gastando, e quando as famílias voltam a gastar de uma maneira muito forte, aí é o momento do governo parar de gastar.

É simples. A economia funciona com a demanda. Se todo mundo parar de gastar ao mesmo tempo a economia desaba, e o governo está contribuindo para isso, sendo que o governo é um grande gastador do sistema, em torno de 30% da economia gira em torno do governo. Então esse elemento é importante para explicar a crise de 2015. Mas não é o único elemento, tem outros elementos que vão conjuntamente fazer com que a economia caia. A taxa de câmbio dispara a partir de 2015, porque a equipe econômica assumiu dizendo que a gestão da taxa de câmbio seria

diferente, seria mais livre, flutuaria conforme o mercado. A gestão da taxa de câmbio vinha de um período de acúmulo de *swaps* cambiais, que são os instrumentos da política cambial para evitar uma desvalorização muito forte, basicamente uma aposta que o governo faz com o mercado - ele vende o dólar futuro e compra reais, e o mercado fica na ponta contrária. Aí ele chegou no final de 2014, quando a nova equipe econômica tomou posse, dizendo o seguinte para o mercado: “- olha, agora a taxa de câmbio é livre, ela vai para onde você quiser”. E a taxa de câmbio disparou, chegou a quatro e pouco e os *swaps* cambiais deram um prejuízo enorme para o governo. No fundo ele dizia para o mercado: “- olha, eu estou vendido em dólar e você está comprado, pode apostar contra mim que eu nem vou fazer nada!” O governo fez isso, a taxa de câmbio disparou e o governo tomou prejuízo em *swaps*, que foi da ordem de 2,5% do PIB, um enorme prejuízo! O gasto com juros em 2015 foi de 8% do PIB, que é mais ou menos o que a gente gasta com previdência, e desses 8%, em torno de 2,5% foram gastos com *swap* cambial que o governo incorreu. Qual o problema de uma desvalorização abrupta de taxa de câmbio? É que ela desorganiza a economia. É claro que uma taxa de câmbio mais desvalorizada ajuda as empresas a exportarem mais, mas quando isso acontece de uma hora para outra as empresas têm contrato de importação a cumprir, e se o preço sobe de uma hora para outra a desvalorização cambial também faz com que os preços aumentem para o consumidor, ou seja, contribui com a inflação, quando isso se adiciona a um choque de preços administrados. [Vide Figura 6 na página anterior].

Ocorre também em 2015 o que pode ser visto na Figura 5: o IPCA de preços monitorados em doze meses é um choque enorme de preços administrados que chegam a aumentar 18% ao mês - conforme demonstrado no gráfico, o acumulado em doze meses é basicamente o aumento no preço da energia e no da gasolina. Quando aumenta o preço de energia, todo mundo que usa energia tem um aumento de custo, e se tiver capacidade, vai repassar esse aumento de custo para o consumidor, ou seja, o padeiro que vende pão, quando tem sua energia aumentada, vai repassar para o preço do pão, então o preço do pão é que aumenta, é a inflação que aumenta. O preço da gasolina também se reproduz na economia inteira, que transporta todas as coisas. Então tivemos uma inflação de 10% em 2015 que foi provocada pelo próprio governo, diretamente decorrente dos preços administrados e indiretamente porque o preço da energia e da gasolina vão contaminar o preço da água, o preço dos produtos em geral, o preço dos serviços etc.

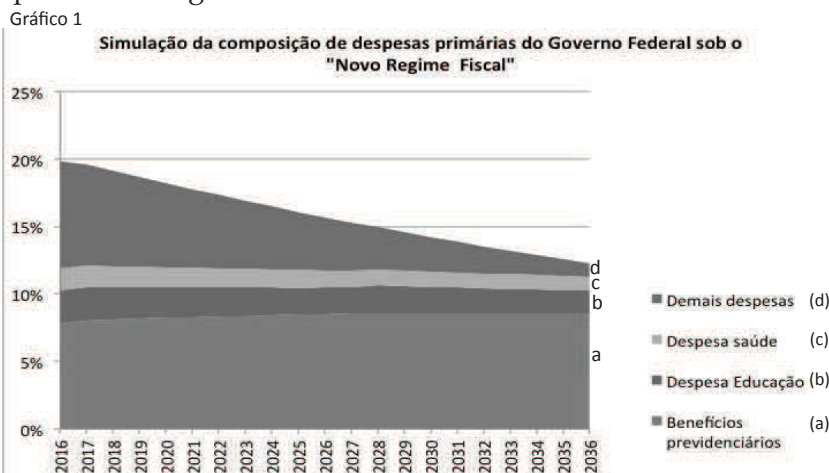
O próprio governo provocou aquele choque de preços administrados. Isto era uma discussão que se fazia na época das eleições, porque havia de fato um represamento de preço de petróleo, um represamento de preço de energia, mas o debate era que esse ajuste não teria que ser feito de uma vez só, esse ajuste teria que ser gradual.

A plataforma da presidente eleita defendia que esse ajuste tinha que ser gradual, só que ela não fez o ajuste de forma gradual, ela fez o ajuste de uma hora para outra. Isso desnordeou a economia brasileira! E em cima dessa inflação crescente o que o Banco Central fez? Aumentou juros para combater uma inflação que não é uma inflação de demanda, é uma inflação provocada pelo próprio governo. Esse é o último choque da economia brasileira, o aumento da taxa de juros, também demonstrado na Figura 7, que mostra a taxa de juros na ponta nas operações de crédito. Com esse aumento, as pessoas consumiram menos, se endividaram menos no cartão de crédito, as empresas investiram menos e guardaram o dinheiro. E os juros funcionam como uma espécie de boia de salvação nos momentos de crise. Quem tem recurso, quem tem capital, tem essa opção de colocar o seu dinheiro na forma de juros e vai ter um rendimento alto: 14,25% está ótimo. Pode esperar a tempestade passar nessa boia de salvação, que se chama juros. O problema é que isso contribui para recessão brasileira.

Esse choque recessivo que explica a maior crise da história é a austeridade, digamos assim, é o conjunto que explica a maior crise da história, mas essa não é a leitura oficial, essa é a leitura que a gente compartilha, a leitura que nós fazemos na Unicamp. A leitura oficial diz que tudo foi culpa do intervencionismo, do excesso de políticas sociais, foi culpa do excesso de aumento de salários, foi culpa do Estado que entrou muito na economia. Esse é o discurso oficial. Logo, em função disso, é preciso cortar gastos, é preciso liberalizar os mercados, é preciso privatizar os bancos públicos, ou pelo menos o modo de funcionamento deles tem que mudar - o discurso oficial. Oficial que estamos dizendo é aquele que está predominantemente na mídia. Nós também comentamos na mídia, com certa crítica, mas sempre é aquela voz que está lá no fundo, aquela voz chata que as pessoas não gostam de ouvir. Este não é um papel muito fácil de fazer, mas esta é a nossa opinião sobre a crise.

E o que é o governo do Presidente Michel Temer? Lembrando que dissemos que a crise começou no segundo governo Dilma, que provocou a maior crise da história a partir de uma economia que já vinha com problemas, o governo Temer mudou a estratégia, apesar de ter mantido uma linha que iria na mesma direção. A estratégia do governo Dilma-Levy foi um choque na economia de uma vez só, afetando as variáveis de fluxo, ou seja, o crescimento, o consumo das famílias, o salário real caíram muito, ou seja, fez-se um ajuste no mercado de trabalho - impressionante como se ajustou o mercado de trabalho. Sobre o salário, aliás, muitos economistas diziam que era preciso reduzir os salários reais, porque os salários estavam crescendo muito e o desemprego estava muito baixo - era preciso ajustar o mercado de trabalho. Temos declarações, em jornais, de vários economistas que diziam isso, que era preciso ajustar o mercado de trabalho. Ajustou, eles conseguiram. Fizeram um grande ajuste no mercado de trabalho e um grande ajuste nos salários reais.

Cadê o crescimento? O crescimento não veio, o que veio foi um custo social enorme. E o que foi o governo Temer? Foi uma mudança na estratégia, mais no horizonte em que as políticas são implementadas: o horizonte do governo Temer é o longo prazo. É inclusive o gasto público voltando a crescer no governo Temer, o que mostra até um certo fisiologismo e uma diferença entre o discurso e a prática, mas eles propõem um conjunto de reformas que consistem numa espécie de mudança estrutural, que vai na linha da austeridade também, mas uma mudança de estratégia. E o que seria essa estratégia? É o desmonte do Estado social e indutor do crescimento, como chamamos isso. O Estado desmonta os instrumentos que o Estado usa para promover a política social, e desmonta os instrumentos que o Estado usa para induzir o crescimento. A política social depende do repasse fiscal, e quando se fez a PEC 55 (que foi aprovada), isso foi repasse fiscal. Foi retirado espaço fiscal e retirada possibilidade de aumento de gasto social em saúde e educação. Não temos os dados aqui, mas escrevemos um artigo, de minha autoria com Esther Dweck², economista assessora do Senado, que fala sobre o impacto dessa PEC 55 no gasto com saúde e educação: o impacto vai ser grande.



O governo não vai conseguir ampliar o gasto com saúde e educação. Pelo contrário, vai ter que reduzir, conforme mostra o Gráfico 1 sobre essa PEC. Atualmente o Governo Federal gasta em torno de 20% do PIB. Desse gasto, em torno de 8% é previdência (letra "a" do gráfico), depois tem saúde e educação (letras "b" e "c" do gráfico, respectivamente), depois os outros ("d"). O que a PEC 55 estava propondo: um teto que, na prática, reduziria o tamanho do Estado. O novo regime fiscal tem o objetivo de reduzir o tamanho do Estado, e é disso que falávamos e gritávamos

²ROSSI; Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação, **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n. 12, Rio de Janeiro, 2016.

o tempo todo na discussão e no debate sobre a PEC. Não se trata de um ajuste fiscal, não é para melhorar as contas públicas, é para mudar o tamanho do Estado. Se fizermos uma projeção com uma taxa de crescimento para os próximos vinte anos, o Estado passa de 20% (o gasto do Governo Federal passa de 20%) para em torno de 13%, por conta do teto. É simples: o total do gasto é congelado, mas a economia cresce; em vinte anos vai crescer, a população crescerá e o gasto estará congelado. Evidentemente que, em proporção ao tamanho do PIB, esse gasto vai cair, e em proporção também ao tamanho da população, vai cair. E o que vai acontecer? Isso vai espremer todos os gastos públicos. Se pensarmos que a previdência, por mais que se faça essa reforma, é um gasto que não vai cair, porque não se pode impedir a população de envelhecer, o que vai acontecer é que todos os outros gastos serão esmagados! Então, matematicamente, é difícil pensar num aumento do gasto com saúde e educação, que estão representados no gráfico pelas letras “b” e “c”. Mesmo numa hipótese, vamos dizer assim, “anarco-capitalista”, que é aquele sujeito que acha que um sinal de trânsito é uma interferência indevida do Estado na sua vida, então não precisa de Estado, mesmo cortando todos os gastos, cortando investimento, bolsa família, enfim, cortando tudo, mesmo assim fica difícil aumentar gasto com saúde e educação, considerando esta simulação que fazemos.

Esse novo regime fiscal, na minha opinião, não vai dar certo. E não é uma questão de esquerda ou direita, é uma questão que vai gerar tanto problema na operação do Estado, ou seja, o sindicato dos bombeiros, a educação sendo deteriorada, a saúde sendo deteriorada, que em algum momento esse regime vai ser “re-emendado”, vai ser revogado. Fizemos algo muito radical e está aí - é a legislação que está vigente, foi uma medida importante do governo Temer. O regime fiscal vai atrapalhar o Estado na sua função de promotor de políticas sociais, e também sua função de indutor de investimento se ele não tiver capacidade de gastar no momento de crise e de contrair o gasto depois, e fazer uma política anticíclica. No fundo, o regime fiscal está amarrando o Estado.

Aliás, a crise de 2008 mostrou a importância da política fiscal para o mundo todo. O pessoal fala: “- mas a dívida do Brasil é muito alta”. O Japão tinha uma dívida de 240% do PIB, e aumentou 60% do PIB de 2008 para cá. Eles fizeram uso da política fiscal, e lá no Japão não tem esse negócio de cortar gastos, austeridade. Os Estados Unidos também aumentaram a dívida de 2008 para cá em 30% do PIB. Vários países lançaram mão e fizeram uso da política fiscal para atuar contra a crise e, no caso do Brasil, em meio à maior crise da história, só se fala em contrair gasto. Tem alguma coisa errada no discurso.

Além dessa reforma estrutural, tem uma mudança na Petrobras e nos bancos públicos, tem evidentemente a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da previdência, que também atua nessa função do Estado como promotor de políticas sociais, tudo isso num clima que

poderíamos dizer que é uma “doutrina de choque”, termo usado por Naomi Klein (jornalista que escreveu um livro intitulado **A doutrina do choque**), que é uma filosofia de poder que faz uso de uma situação catastrófica, uma situação muito ruim, seja decorrente de uma guerra, seja decorrente de uma catástrofe natural, seja decorrente de uma crise econômica. Esse contexto de crise, que já é um contexto que desnorteia as pessoas, produz ou possibilita essa filosofia de poder, que é a doutrina de choque: a atuação em várias frentes simultâneas, desconstruindo as coisas que restam. Ao atuar nas frentes simultâneas, a reação é desnorteada e não há capacidade e nem tempo hábil para uma reação. E é isso que o governo está fazendo, uma reforma ampla e profunda do Estado brasileiro, que desconstrói as suas bases. A natureza do Estado está sendo modificada sem que haja para isso um debate suficientemente democrático. Aliás, este é um dos problemas que se tem hoje, a ausência de um debate democrático. Não que o Estado não possa ser modificado ou que as medidas não possam ser implementadas, mas é preciso evidentemente passar por um debate mais democrático, ou seja, é preciso que a população queira isso. O ideal seria que essas reformas tivessem passado por pleito eleitoral antes de serem implementadas. Desconfio que elas não passariam, se alguém discutisse isso num pleito eleitoral seria rejeitado, não teria apelo eleitoral esse tipo de proposta, o que reforça, na verdade, o caráter antidemocrático dessa reforma, na minha opinião.

Gostaria de comentar e mostrar uma foto do trabalho **Austeridade e retrocesso**³, que está disponível *on-line*. Ele foi elaborado em conjunto por vários economistas ligados à Sociedade Brasileira de Economia Política, teve um sucesso enorme no âmbito da discussão da PEC 55. Um sucesso enorme porque foram mais de 500 mil *downloads* - para um documento de economia acho que está bom. É um documento que procura ser mais didático sobre as questões fiscais no Brasil, diz o que é a dívida pública, qual é o problema da dívida pública no Brasil, o problema do regime fiscal brasileiro, o problema do sistema tributário. É um documento que traz essas questões.

Finalizo falando rapidamente dos dados que não trouxemos, mas que estão anunciando como uma recuperação do Brasil, ou seja, a economia agora voltou aos trilhos e nós vamos voltar a crescer - é o que está sendo anunciado há algum tempo, com mais ênfase nesse último mês por causa de alguns indicadores. Acredito que devemos olhar para isso com muito cuidado porque, em primeiro lugar, houve uma mudança no indicador do IBGE, que é uma mudança metodológica e é uma mudança importante. Mudanças metodológicas são naturais, o IBGE sempre fez mudança metodológica, só que, por enquanto, eles fizeram uma mudança metodológica e não atualizaram a série. Ou seja, para não usar o termo

³Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>.

técnico, eles não retropolaram, eles não fizeram a mudança metodológica para trás, fizeram a partir de janeiro de 2017. Fizeram a mudança metodológica que aponta um crescimento muito grande em alguns setores, basicamente no setor de serviços - colocaram um peso maior para o setor que estava crescendo. Não estou julgando se eles fizeram de propósito ou não, mas o erro é não retropolar, ou seja, não mostrar os dados anteriores. Então, quando se compara uma nova série de janeiro anterior, aí tem um crescimento grande.

O PIB vai sair no dia primeiro de junho, vamos ver o que o IBGE vai fazer. A associação de funcionários do IBGE se manifestou duramente contra a postura da direção, do Presidente do IBGE: se acontecer de anunciarem o PIB sem mostrar o que estava para trás, ou seja, comparando banana com maçã, vai ser um escândalo. Espero que não aconteça, mas o fato é que tem outros indicadores que já estão saindo. Por exemplo, o indicador do Banco Central, que a mídia está usando muito, e se chama IBC-Br - é uma prévia do PIB que anunciam todo mês. O IBC-Br está usando a nova metodologia do IBGE, e nisso observamos um crescimento grande, em fevereiro, da atividade econômica e uma queda em março, o que pode significar, na verdade, que a recessão não acabou, porque olhando essa mudança metodológica, há crescimento, mas no mês seguinte cai, pois está sendo usada a mesma nova metodologia. Ou seja, a recessão está continuando e estamos olhando para os dados com uma ilusão de estatística. Então não tem um indicador, ainda consistente, de que há uma recuperação em curso. Existe uma melhora no setor agrícola, que não é decorrente de política econômica desse governo, pois se trata de questões climáticas, questões de safra. É essa questão de estatística que teríamos que olhar com cuidado, mas ouvindo o discurso político fica muito complicado, pois estão se apropriando desse dado, dessa mudança metodológica para tentar forçar a barra e dizer que tem um crescimento, que a economia estava no rumo, e que é preciso aprovar as reformas para economia andar.

Termino agradecendo o convite. Foi um prazer estar aqui com vocês. Muito obrigado!

2 CRISE ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2015-2016)

Bom dia! É um prazer estar aqui na Escola Judicial mais uma vez e gostaria de agradecer o convite para esta atividade. Conseguimos manter um contato, que na verdade é antigo e muito bom, entre nós do Instituto de Economia da Unicamp, do Cesit, com a Escola Judicial do TRT da 15ª Região. Agradeço à Direção da Escola Judicial e à Desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, que fez nossa apresentação com extrema delicadeza.

O professor Pedro já comentou os aspectos mais importantes quanto ao problema do crescimento e da profundidade da crise. Lembrando uma de nossas discussões lá no Instituto, discussões internas, e vendo os rumos que as coisas tomaram ainda no governo da Presidente Dilma Rousseff, o Professor Luiz Gonzaga Belluzzo nos falou mais ou menos o seguinte: observando as coisas como se apresentam, se fizer tudo certo, ainda assim vai ser muito difícil! Esta era a imagem que envolvia o processo eleitoral no final de 2014. No início do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff a imagem era a mesma, as dificuldades eram concretas, havia uma desaceleração muito forte da economia, havia problemas estruturais a serem enfrentados, e a frase do Professor Belluzzo insistia nisso: se nós fizéssemos, nesse momento, tudo certo, vai ser muito difícil, se fizermos errado será um desastre! E foi o que aconteceu! No fundo, a exposição do Pedro dá este sentido, porque a política econômica é que passa o “cavalo de pau” no transatlântico em 2015. Na verdade foi um desastre, o que, na minha opinião, foi decisivo para a deposição da presidente. Não há dúvida quanto a isso, porque abriu, dentre outros motivos, uma crise violentíssima que atingiu todos os setores de maneira generalizada, e que produziu um ambiente de instabilidade política enorme. Então isto, para nós que estamos discutindo muito sobre a retroalimentação entre crise econômica, crise política, crise social e uma instabilidade no país, inclusive pelos últimos acontecimentos, é claramente a manifestação das nossas dificuldades, seja com quem for, de voltar a estabilizar o país. Neste momento é um problema suprapartidário, acima das paixões - uma dificuldade que temos, o fato de “seja com quem for” voltar ao caminho do desenvolvimento, da melhoria das condições de vida da população, enfim, de um projeto nacional que possa apontar para algum lugar.

Farei a exposição no sentido de mostrar o que o Pedro falou em termos do que aconteceu no mercado de trabalho, porque é, de fato, também da maneira como a exposição dele foi organizada, que essa é a maior crise econômica da história do país. O que aconteceu no mercado de trabalho também nunca aconteceu na história do país, é algo que temos discutido muito no Cesit, comparando com outros momentos de crise na década de 1980, na década de 1990, que também teve alto desemprego. No nosso caso, é mais difícil voltar para os anos 1930, porque se tinha uma estrutura social e um mercado de trabalho muito diferente: 80% da população vivia no campo, o que é muito diferente. Então não voltamos para os anos 1930, porque do ponto de vista do mercado de trabalho e da estrutura social temos que comparar uma sociedade predominantemente urbano-industrial com uma sociedade predominantemente urbano-industrial, então a referência é o que aconteceu na década de 1980, nos anos 1990 e agora. Os dados de desestruturação e de regressão do mercado de trabalho são extraordinariamente superiores nesse momento do que foram em momentos anteriores. Então quero, de alguma forma, dimensionar o

impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho brasileiro tendo como foco o que aconteceu em 2015-2016, em dois momentos: de um lado olhando a rápida deterioração e, num segundo momento, apontar alguns aspectos do impacto da crise sobre o mercado de trabalho, que historicamente é muito desorganizado.

Não se está desestruturando um mercado de trabalho sueco, um mercado de trabalho francês, está se desestruturando um mercado de trabalho que sempre foi muito ruim, muito desorganizado. Mesmo com todos os avanços de organização do mercado de trabalho que vivemos com o crescimento no período de 2004-2012 (e continuou incorporando até 2014), mesmo com toda a evolução positiva do mercado de trabalho - que devemos dizer que uma das características do período de crescimento a partir de 2004 foi ter um mercado de trabalho dinâmico, com crescimento dos salários - mesmo com toda essa melhoria chegamos em 2014 tendo um mercado de trabalho ainda muito ruim, uma informalidade brutal, salários baixos, e é isso que quero chamar atenção. Com tudo que foi melhorado ainda era ruim, e em cima disso, que era ruim, nós colocamos a crise. Esse é o argumento.

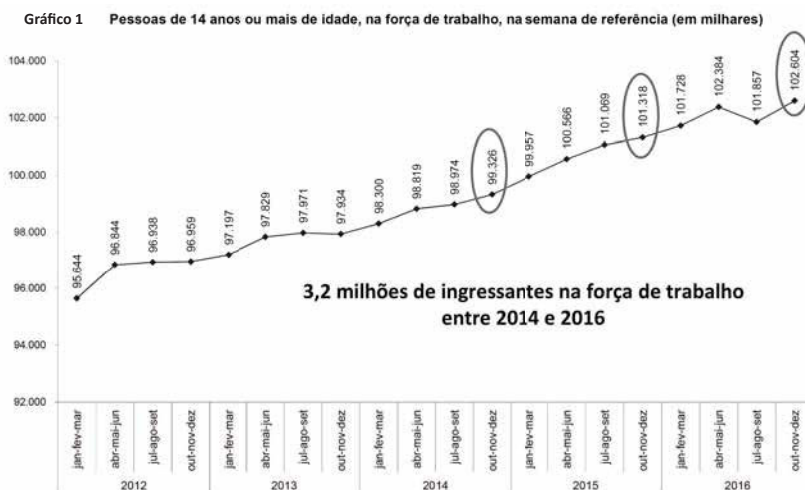
Quadro 1		BRASIL - População no mercado de trabalho, 2014-2016									
INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres			2014-2015		2015-2016		2014-2016		
		out-nov-dez/2014	out-nov-dez/2015	out-nov-dez/2016	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença	
POPULAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL	202.827	204.490	206.099	0,8	1.663	0,8	1.609	1,6	3.272	
	EM IDADE DE TRABALHAR (14 anos ou mais)	163.151	164.998	167.148	1,1	1.847	1,3	2.193	2,4	3.997	
	NA FORÇA DE TRABALHO	99.326	101.361	102.604	2,0	2.035	1,3	1.286	3,3	3.278	
	OCUPADA	92.875	92.274	90.262	-0,6	-600	-2,1	-1.983	-2,8	-2.613	
	DESOCUPADA	6.452	9.087	12.342	40,8	2.635	36,0	3.269	91,3	5.890	
	FORA DA FORÇA DE TRABALHO	63.824	63.637	64.544	-0,3	-187	1,4	907	1,1	720	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)

Se olharmos o que aconteceu, conforme o Quadro 1, só para termos uma ideia, este é um quadro síntese do que é o mercado de trabalho. Olhamos dezembro de 2014 e depois dezembro de 2015 e 2016: tínhamos uma população estimada, em dezembro de 2016, em 206 milhões, segundo o IBGE e pela PNAD Contínua; 167 milhões de pessoas em idade de trabalhar (esse é o conceito, com 14 anos ou mais é que o IBGE usa, 14 anos ou mais em idade de trabalhar); 102 milhões na força de trabalho, considerado ocupado ou quem está procurando emprego, em dezembro de 2016; 90 milhões de ocupados; 12 milhões de desocupados e 64 milhões fora da força de trabalho. Isso é importante para que se tenha um pouco da dimensão do que é o tamanho da população, quem está no mercado de trabalho, quem não está no mercado de trabalho.

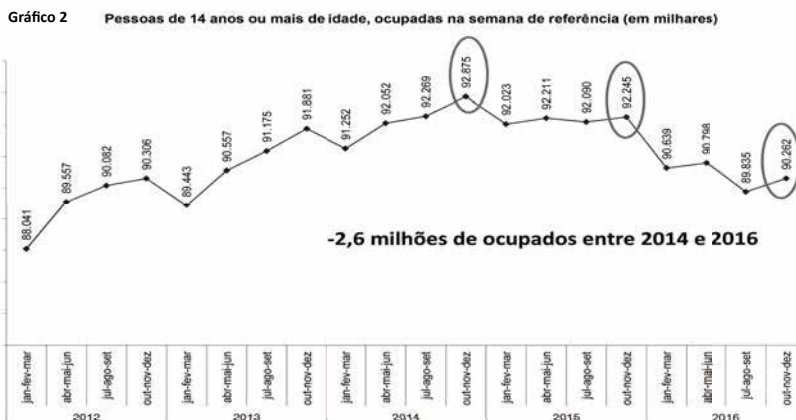
O que chama a atenção nesses dados é o crescimento da população na força de trabalho (cerca de 3 milhões de pessoas), conforme

o Gráfico 1, que tem a ver com comportamento demográfico da população com idade de trabalhar (4 milhões de pessoas), e entrando na força de trabalho, mais 3 milhões e 200 mil (Gráfico 1). Ao mesmo tempo observamos uma queda da população ocupada de 2,6 milhões (Gráfico 2) e um crescimento da população desocupada de quase 5 milhões e 900 mil pessoas. (Gráfico 3)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Chama a atenção o seguinte: para entendermos um pouco o que aconteceu nesse período, entraram no mercado de trabalho brasileiro, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016, 3,2 milhões de pessoas que foram incorporados na força de trabalho. Portanto, é o seguinte: para o desemprego não subir nesse período teríamos que ter criado, no mínimo, esse mesmo número de vagas que foram das pessoas que chegaram ao mercado de trabalho.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

No entanto, aqui no Gráfico 2 estão os dados agregados daquela tabela inicial. Não foram criados 3 milhões e 200 mil empregos, na verdade, foram destruídos 2,6 milhões de ocupações nesse período. Então se olharmos o que tínhamos em dezembro de 2014, que eram 92 milhões de ocupados (92 milhões e 800 mil), isso veio para 90 milhões (90 milhões e 200 mil) de ocupados em 2016. O resultado do encontro de quem chegou ao mercado de trabalho e o volume de ocupações que foram destruídas com a crise dá o incremento de quase 6 milhões de desempregados em dois anos (Gráfico 3). É isso que nunca foi feito na história do Brasil, nunca aconteceu uma coisa dessa, com essa rapidez, com essa velocidade, com uma queda de ocupação tão radical.

Gráfico 3 Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas nas semana de referência (em milhares)



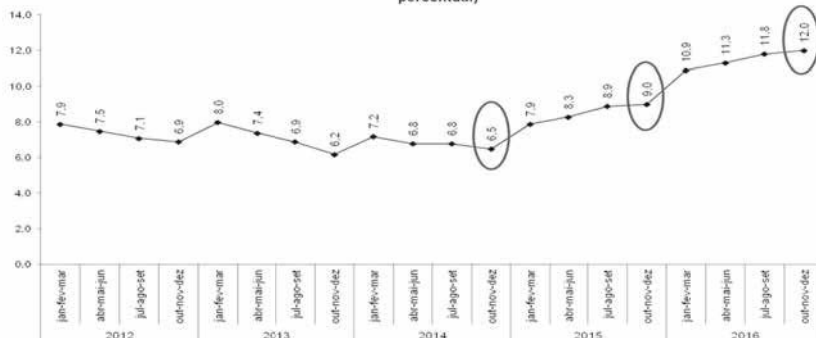
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A chegada das pessoas ao mercado de trabalho é algo muito interessante. Se vocês olharem novamente os dados do Gráfico 1, que foi mostrado anteriormente, tínhamos, chegando ao mercado de trabalho, 99 milhões em outubro de 2014, e este número chegou em 101 milhões [em dezembro 2015]. Significa dizer que, de alguma maneira, houve um incremento, entre 2014 e 2015, de 2 milhões de pessoas chegando à força de trabalho. Isso caiu em 2015 e 2016 - a força de trabalho cresceu menos no ano seguinte da crise, e isso tem vários componentes, inclusive o que chamamos de "desalento". A crise é tão forte que o ritmo de expansão da força de trabalho diminui, as pessoas que vão para o mercado de trabalho diminuem. Então imaginem o seguinte: se o ritmo de expansão da força de trabalho fosse nos mesmos 2 milhões que foram em 2015, provavelmente a taxa de desemprego ou o crescimento do desemprego teria sido maior ainda.

Portanto, isso nós nunca vimos. Nem na crise do governo Collor, nem na crise do final do governo militar 1981-1983 aconteceu isso, observando-se o ponto de vista do mercado de trabalho. Como o Pedro falou anteriormente, é o maior desastre da história brasileira, digamos, da sociedade urbano-industrial brasileira.

Se olharmos, isso tem um reflexo na taxa de desocupação, que sai de 6,5% em dezembro de 2014, conforme o Gráfico 4, sobe para 9% em dezembro de 2015, depois vai a 12% em dezembro de 2016, e continua crescendo. Chamo a atenção que o desemprego continua crescendo - os resultados disponíveis para 2017 não indicam que o desemprego arrefeceu, na verdade continua crescendo rápido.

Gráfico 4 Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em percentual)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

É interessante se olharmos a queda da ocupação segundo os setores, conforme o Quadro 2. O que aconteceu com a crise relativamente aos setores? Uma queda de 2,5 milhões de empregos no setor privado com carteira de trabalho. O foco da desestruturação está no emprego de melhor qualidade, que é o emprego dos brasileiros com carteira de trabalho assinada, e isso foi algo muito forte. Se olharmos o quadro, percebemos uma queda, colocando dezembro de 2014 contra dezembro de 2015, de 1 milhão de empregos no setor privado com carteira de trabalho assinada; depois mais 1 milhão e 400 mil de queda em 2016. Então coloca-se uma variação de, digamos, 3% mais 4% negativos: 2 milhões e meio de empregos com carteira de trabalho assinada no Brasil, no setor privado, que foram eliminados.

Quadro 2 BRASIL - População por posição na ocupação, 2014-2016

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres			2014-2015		2015-2016		2014-2016	
		out-nov-dez/2014	out-nov-dez/2015	out-nov-dez/2016	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	36.506	35.412	34.005	-3,0	-1.094	-4,0	-1.407	-6,9	-2.501
	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	10.485	10.035	10.517	-4,3	-450	4,8	482	0,3	32
	TRABALHADOR DOMÉSTICO	5.981	6.265	6.108	4,7	284	-2,5	-157	2,1	127
	EMPREGADO NO SETOR PÚBLICO (inclusive servidor estatutário e militar)	11.607	11.357	11.250	-2,2	-280	-0,9	-107	-3,1	-357
	EMPREGADOR	3.941	3.986	4.146	1,1	4	4,0	160	5,2	205
	CONTA PRÓPRIA	21.765	22.903	22.129	5,2	1.138	-3,4	-774	1,7	364
	TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	2.591	2.316	2.107	-10,6	-275	-9,0	-209	-18,7	-484

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)

Uma parte do reflexo disso, num primeiro momento, se deu na expansão do trabalhador por conta própria, por exemplo. Também há uma certa estabilidade do empregado no setor privado sem carteira, os dados estão praticamente estáveis. Depois mostra uma queda muito grande do emprego no setor privado com carteira, mas depois a reação não vem pelo empregado sem carteira, vem muito fortemente pelo trabalhador por conta própria (é o sujeito que vai tentar alguma coisa por conta própria), que é cerca de 1 milhão e 100 mil. Inclusive naquele momento ouvimos muito falar, mas houve um deslocamento do emprego para os trabalhos por conta própria, o que, de fato, não é o ideal, mas o sujeito está achando algum caminho para se defender.

Num segundo momento, o emprego dos trabalhadores por conta própria também desaba, e o “conta própria” é muito sensível na realidade, pois é a flutuação da renda que vai contraindo, o mercado vai contraindo. Então, num primeiro momento tenta o trabalho por conta própria, mas a própria contração da renda vai expulsando-o dessa atividade que ele tentou, porque a contração da demanda por serviços, a contração disso atinge fortemente os “conta próprias”. Falamos que o emprego por conta própria tem um componente pró-cíclico muito grande em todo o período desse crescimento. A expansão do trabalho por conta própria também foi grande, crescia o trabalho com carteira de trabalho assinada e também o “conta própria” pela expansão da renda. Então o sujeito abre um negócio e vai criando possibilidades, e isso é muito pró-cíclico, pois quando cresce, cresce forte e quando a economia cai, cai muito mais rápido também, mesmo que num primeiro momento apareça como uma estratégia de sobrevivência, o sujeito tentar abrir o “negocinho” ou o trabalhar por conta própria.

Chama a atenção também o caso dos empregadores, que evidentemente não tem impacto grande, mas vamos olhar. Por exemplo, o impacto na renda dos empregadores - o que desaba a renda dos empregadores não vem tanto pela ocupação, mas vem pela renda, que em larga medida vai ocasionar, digamos, um conflito acentuado entre aquele que está perdendo o emprego e aquele empregador que está perdendo renda, e eles realmente perderam fortemente renda. Então se nós olharmos agora pela posição na ocupação por relacionamento de atividade (Quadro 3), onde foi o foco da desestruturação: a indústria.

Quadro 3 BRASIL - População por grupamento de atividade, 2014-2016

INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres			2014-2015		2015-2016		2014-2016	
		out-nov-dez/2014	out-nov-dez/2015	out-nov-dez/2016	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença
GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PISCA E AQUICULTURA	9.416	9.273	8.922	-1,5	-143	-3,8	-351	-5,2	-494
	INDÚSTRIA GERAL	13.425	12.360	11.412	-7,9	-1.065	-7,7	-948	-15,0	-2.013
	CONSTRUÇÃO	7.777	7.930	7.078	2,0	153	-10,7	-852	-9,0	-699
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	17.551	17.735	17.652	1,0	184	-0,5	-83	0,6	101
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4.288	4.501	4.606	5,7	243	2,3	105	8,2	348
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4.313	4.591	4.829	6,4	276	5,2	238	12,0	516
	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS, PROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVAS	10.520	9.607	9.739	-8,7	-913	1,4	132	-7,4	-781
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA, SEGURIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	15.387	15.710	15.551	2,1	323	-1,0	-159	1,1	164
	OUTROS SERVIÇOS	4.217	4.162	4.310	-1,3	-55	3,8	148	2,2	93
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	5.989	6.384	6.158	6,6	395	-3,5	-226	2,8	169

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas (PNAD)

Se abrimos para os dados de emprego, foram destruídos 2 milhões de empregos industriais em dois anos. Portanto, lá no fundo, estamos atuando naquilo que é chamado de “filé-mignon” do mercado de trabalho: emprego com carteira de trabalho assinada na indústria, nos setores mais organizados da economia, e que na verdade estão regredindo. São os setores mais organizados do mercado de trabalho, a crise está pegando em cheio isso. Então se nós olharmos, caiu 1 milhão de empregos na indústria entre 2014-2016, comparando dezembro de 2014 e dezembro de 2015, mais 1 milhão em 2016. São 2 milhões de queda nesse setor. Tem uma queda também importante na construção, que são 700 mil empregos em dois anos; também no setor de informação e comunicação, em atividades financeiras, profissionais e administrativas: também 700 mil. Observando este quadro, cresceu em alojamento e alimentação: 516 mil. De qualquer maneira, o protagonismo da queda do emprego industrial é muito grande, então vamos sobrepondo emprego com carteira e emprego industrial para dar uma dimensão do efeito da crise sobre o mercado de trabalho.

Quadro 4

BRASIL - Rendimento médio real mensal habitual dos ocupados, 2014-2016 ¹										
INDICADORES		Estimativas dos trimestres			2014-2015		2015-2016		2014-2016	
		out-nov-dez/2014	out-nov-dez/2015	out-nov-dez/2016	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%	Diferença
RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL (em reais)										
PESSOAS OCUPADAS (Todos os trabalhos)		2.286	2.027	2.043	-11,33	-259	0,78	16	-10,64	-243
POPULAÇÃO OCUPADA (título principal)	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	2.148	1.934	1.982	-9,97	-214	1,45	28	-8,87	-186
	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	1.315	1.211	1.168	-7,87	-103	-3,57	-43	-11,16	-147
	TRABALHADOR DOMÉSTICO	907	804	818	-11,35	-103	1,70	14	-9,84	-89
	EMPREGADO NO SETOR PÚBLICO (exclusive estatutários e militares)	3463	3154	3.249	-8,83	-309	3,02	95	-6,18	-214
	EMPREGADOR	5927	5111	5.087	-13,77	-816	-0,47	-24	-14,18	-840
CONTA PRÓPRIA		1813	1552	1.506	-14,39	-261	-2,99	-46	-16,95	-307
GRUPOS DE ATIVIDADE (título principal)	AGRICULTURA, Pecuária, Produção florestal, Pesca e Aquicultura	1.294	1.134	1.159	-12,35	-160	2,21	25	-10,41	-135
	INDÚSTRIA GERAL	2.217	2.081	1.980	-6,13	-136	-4,87	-101	-10,70	-237
	CONSTRUÇÃO	1.861	1.678	1.682	-9,85	-183	0,24	4	-9,64	-179
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, MOTOCICLETAS	1.932	1.654	1.695	-14,37	-278	2,48	41	-12,25	-237
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	2.447	2.081	2.034	-14,95	-366	-2,26	-47	-16,87	-413
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1.660	1.449	1.491	-12,71	-211	-3,31	-48	-15,51	-259
	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS, PROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVAS	3.269	2.909	3.000	-11,00	-360	3,13	91	-8,22	-269
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA, SEGURIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	3.197	2.924	2.972	-8,54	-273	1,64	48	-7,04	-225
	OUTROS SERVIÇOS	1.812	1.580	1.524	-12,82	-232	-3,54	-56	-15,91	-288
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	907	804	818	-11,35	-103	1,70	14	-9,84	-89

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)
(1) Preços de dezembro de 2016.

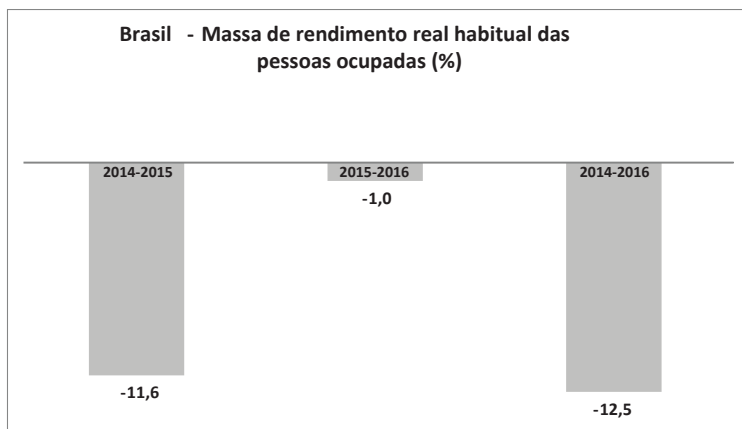
Agora analisemos a renda, observando o Quadro 4. A contração da renda dos ocupados foi da ordem de 10% nos dois anos. Pegamos o rendimento dos ocupados, não estamos falando do desemprego, estamos falando de quem ficou ocupado no mercado de trabalho, que não é a situação pior. Tiramos os novos 6 milhões de desempregados. Para quem ficou, o que aconteceu? Contração da renda na ordem de 10% em dois anos, olhando dezembro de 2014 a dezembro de 2016.

Quais são os protagonistas dessa contração da renda dos ocupados? Se nós olharmos no Quadro 4, o que estava dizendo a vocês:

o empregador tem queda na renda de 14%, que é a contração da renda dos empregadores. O trabalhador por conta própria também tem isso, a ocupação do conta própria também é muito pró-cíclica e a renda dele é ainda mais. Vejam na tabela a contração da renda dos trabalhadores por conta própria, de 16,9%, a queda é generalizada e eles são os protagonistas. O total de pessoas ocupadas, a contração do emprego no setor privado com carteira - vejam a queda da renda, como o empregado com carteira assinada tem a resistência da queda da renda muito maior, inclusive porque ele está protegido pela legislação, a queda foi de 8%. Não é protagonista na renda das outras categorias menos protegidas, caiu mais, o ajuste foi muito mais sobre o emprego, então cai muito a ocupação do trabalhador com carteira. Mais que uma queda de 8,5% da renda, dos sem carteira, que foi 11%; do trabalhador doméstico quase 10%; empregado do setor público uma queda de 6% da renda. Estou falando em termos reais.

Evidentemente que em setores mais organizados a renda cai menos porque está mais protegido, mas mesmo diante da crise ela cai, mas cai menos. Os setores com menos proteção têm um efeito pró-cíclico enorme. Se olharmos na tabela, por exemplo, nos setores alojamento, transporte, armazenagem e correio são 16% de queda. Lembrando que nos setores alojamento e alimentação houve expansão do emprego, mas uma queda da renda muito grande, então seja por um lado, seja pela ocupação, seja pela renda, a manifestação da crise é realmente muito grande.

Quadro 5

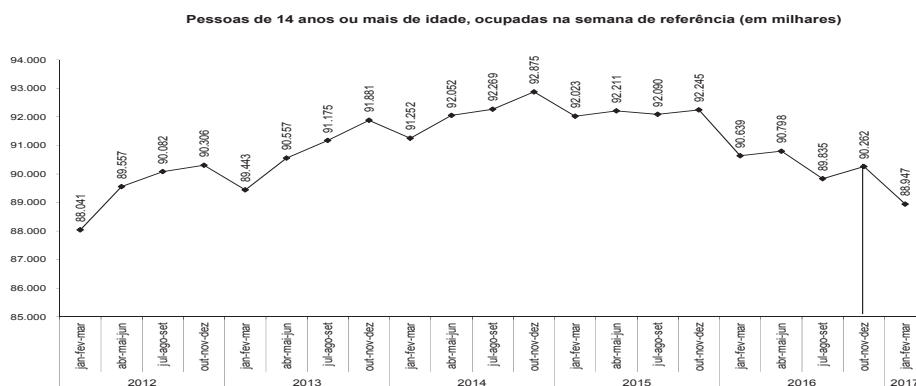


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)

O que aparece na massa de rendimentos das pessoas ocupadas? O que é a massa de rendimentos? [Quadro 5] Pegamos o conjunto que os ocupados receberam e montamos uma massa, que na verdade é uma síntese entre o número de ocupados com o que eles receberam. A massa de rendimentos é isso, porque quando olhamos só a ocupação não estamos vendo a queda da renda, quando olhamos somente a renda não vemos

a queda da ocupação. Se juntarmos as duas coisas, teremos a massa que chamamos de massa de rendimentos, e aí a queda entre 2014 e 2016 é de 12,5%. Isso nunca aconteceu, de fato é disparado a maior queda. Podemos ver que caiu fortemente em 2015, 11,6%, e mais 1% em 2016. Então vocês poderiam perguntar: mas então melhorou, porque caiu menos? Tem evidentemente os efeitos cumulativos que eles fazem, e no caso do mercado de trabalho precisaríamos de mais tempo para analisar, mas de qualquer maneira a associação da queda de 11% com a queda de mais 1% em 2016 na verdade não indica que melhorou porque caiu menos. Tem efeitos da queda no caso da massa de rendimentos, tem efeitos outros que, no fundo, inclusive estatísticos, seguram a queda maior da massa de rendimento num segundo ano de crise tão profunda. O que é importante verificar é a somatória dos dois anos: uma queda de 12,5% da massa de rendimentos, que é a síntese entre quem permaneceu no mercado de trabalho e quanto está ganhando.

Gráfico 5 **O MERCADO DE TRABALHO APRESENTA SINAIS DE EFETIVA REAÇÃO EM 2017? OS DADOS NÃO INDICAM ISSO**

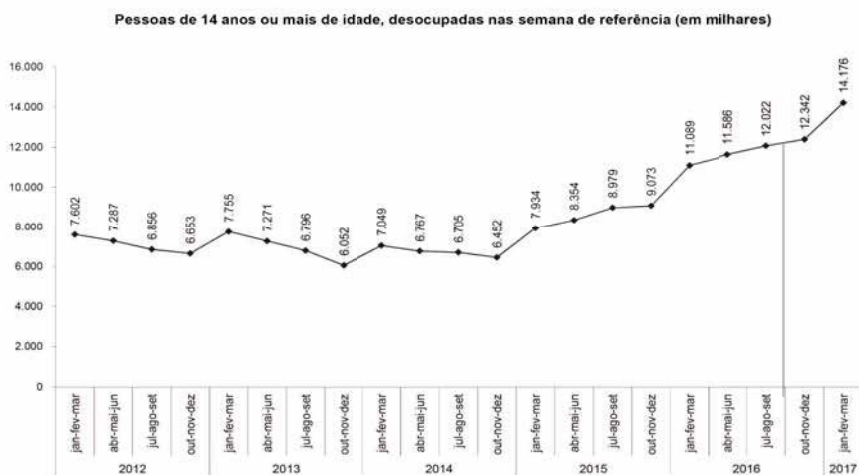


Avançando, mostro este gráfico, que estou chamando “O mercado de trabalho apresenta sinais de efetiva reação em 2017?”. No caso do mercado de trabalho os dados não indicam isso. Acabou de sair o dado do Caged que sugeria isso, mas o dado do Caged é um dado muito limitado, e há tendências mais claras do mercado de trabalho. Observando esta linha vertical no final do Gráfico 5, são os primeiros três meses de 2017, que são os dados disponíveis do primeiro trimestre de 2017. O que aconteceu com a ocupação no primeiro trimestre de 2017? Tínhamos 90,2 milhões de ocupados em dezembro de 2016 e caiu para 88.900 ao final do primeiro trimestre de 2017. Portanto, a ocupação continua caindo.

É um problema que tem que ser considerado, que tem efeito sazonal, janeiro, fevereiro e março são meses muito difíceis para o mercado de trabalho, sempre foi assim. Mas da mesma maneira que estou dizendo,

a queda, se neutralizar o efeito sazonal, a queda não é tão intensa - cerca de 1 milhão e 200 mil de ocupados. Mas, de qualquer maneira, não indica melhoria do mercado de trabalho, mesmo neutralizando o efeito sazonal. Certamente não podemos tirar desse dado que o mercado de trabalho está melhorando. E isto aparece também no desemprego: se olharmos o Gráfico 6, tínhamos 12 milhões de desempregados no final do último trimestre de 2016, e agora temos 14 milhões de desempregados.

Gráfico 6 O MERCADO DE TRABALHO APRESENTA SINAIS DE EFETIVA REAÇÃO EM 2017? OS DADOS NÃO INDICAM ISSO

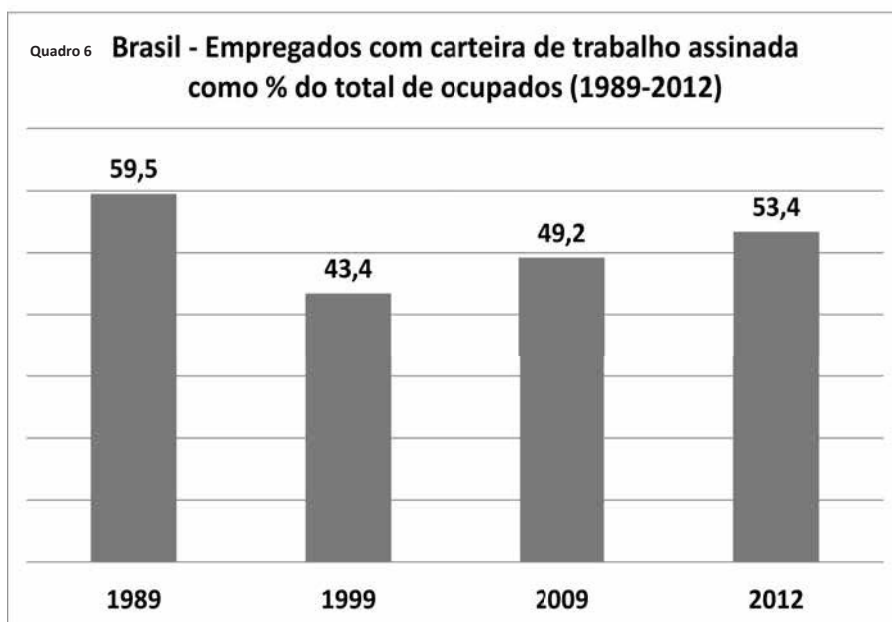


Estamos dizendo que, neutralizando o efeito sazonal de tudo isso, não podemos dizer que a queda foi tão grande a ponto de neutralizar o efeito sazonal, mas também não podemos dizer que há claro indicativo de recuperação com a subida do desemprego - 14 milhões de desempregados. Isso também é um aspecto importante.

O que é importante considerar ao analisar a crise atual e o mercado de trabalho brasileiro? É aquilo que eu disse logo no começo da minha fala: que a crise econômica e a deterioração recente acontece sobre o mercado de trabalho estruturalmente desorganizado e com baixos salários. Então, tudo isso que eu acabei de mostrar para vocês ocorreu em um mercado de trabalhado que já era muito ruim! “- Ah! Mas melhorou no período de 2004”. Melhorou, mas era muito ruim! Em que sentido?

Vejamos, por exemplo, os dados do Quadro 6 - Os empregados com carteira de trabalho assinada como porcentagem do total de ocupados. Significa dizer: vejam o total de ocupados, e destes quem tem carteira de trabalho assinada no Brasil. Em 1989, havia quase 60% dos ocupados brasileiros com carteira de trabalho assinada. Isso é mais ou menos o que a gente tinha no início da década de 1980, com toda crise! Não houve

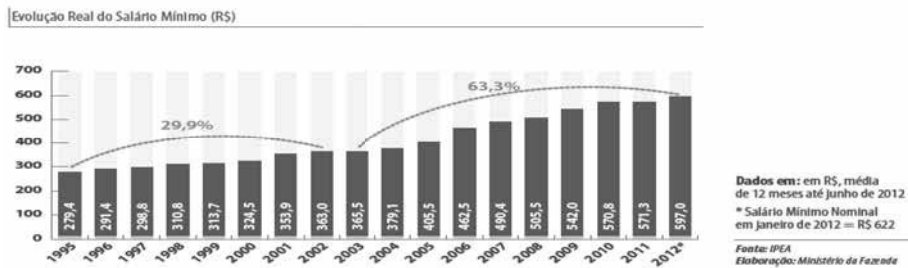
uma desorganização do mercado de trabalho, tínhamos o pico histórico do assalariamento, com carteira de trabalho no Brasil, em 1980: 60% dos ocupados brasileiros com carteira de trabalho assinada.



Se olharmos o que aconteceu em 1989 e 1999, de 59% - quase 60% - desceu para 43%. Está diminuindo a participação do trabalhador com carteira de trabalho assinada como proporção dos ocupados. Com todo o crescimento, cresceu o emprego formal. Com tudo isso que aconteceu, viemos para 53%, chegando em 2014 com o mesmo patamar, 53% ou 54% do total de ocupados com carteira de trabalho assinada. Significa que, com tudo que melhorou nos anos 2000, estávamos abaixo do que era em 1989 - pior do que foi o término do regime militar. Então tudo o que melhorou ainda era para dizer que a metade dos ocupados não tinha carteira de trabalho assinada no Brasil.

Entendendo o que é um mercado de trabalho desorganizado: colocamos toda a crise que acabei de descrever em cima de um mercado de trabalho assim; tudo o que melhorou para dizer que ainda era muito ruim, e aí colocamos dois anos de crise, destruindo o emprego com carteira, destruindo emprego industrial, desorganizando o mercado de trabalho. Não é só isso, evidentemente os salários aumentaram no Brasil no período, digamos, de 2004 a 2012, dá uma recuperação importante e que tem o protagonismo do salário-mínimo. No mercado de trabalho como o brasileiro, a política do salário-mínimo é uma política radicalmente fundamental para qualquer coisa que se queira fazer em termos de organização do mercado de trabalho e de política social.

Quadro 7



POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Temos falado muito que a principal política social no período recente, no Brasil, foi a valorização do salário-mínimo. Não há dúvida, porque tem impacto no mercado de trabalho, no conjunto das remunerações e também sobre a seguridade social, sobre a previdência urbana e rural. A recuperação do salário-mínimo já vinha acontecendo desde o Plano Real. Se observarmos o Plano Real nos dois períodos do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso percebemos uma valorização de quase 30% do salário-mínimo em termos reais (Quadro 7). E isso, a partir de 2004, ganhou novas proporções: se olharmos o período de 2003-2012, temos um aumento de mais de 60% em termos reais do salário-mínimo. Portanto, o que vinha acontecendo continuou de uma maneira ampliada: a política de valorização do salário-mínimo. Isso é importante porque vai dando uma sinalização para todo mercado de trabalho sobre o seu piso, e isso continuou. Se buscarmos os dados até 2014, vai dar quase 70% de valorização em termos reais do salário-mínimo nesse período (a partir de 2003).

Figura A
Mercado de trabalho com salários baixos...

País/Região	Reajuste de Correção	Reajuste de Valorização	2008	2007	2006	2005	Salário mínimo em US\$ (em reais)
Países avançados (média/variado)							
Austrália	1		0,1	3,2	1,8	-1,8	1597
Áustria	1		-	-	-	-	-
Bélgica	1		-0,3	2,1	-0,4	4,1	1492
Canadá	1		1,0	1,1	3,3	6,9	1305
Chile			-	-	-	-	-
China			-	-	-	-	-
Coreia			-	-	-	-	-
França	1	1	1,1	0,4	0,0	1,2	1443
Alemanha			-	-	-	-	-
Grécia			2,9	5,0	-0,8	7,2	1096
Holanda	1		-2,6	9,9	-3,0	1,7	1368
Israel			5,3	2,9	-0,8	-3,2	960
Itália	1		-	-	-	-	-
Japão	1	1	0,4	2,1	0,9	2,8	944
Coreia, República da	1	1	6,8	9,5	3,5	3,3	797
Luxemburgo	1		-0,2	-0,4	-0,9	3,7	1687
Malta	1		0,7	0,1	-0,1	1,8	-
Países Baixos	1	1	-0,1	0,9	0,8	2,1	1606
Nova Zelândia			4,4	7,2	0,6	2,0	1367
Paraguai	1		-	-	-	-	-
Portugal	1		-0,1	-	-	-	618
Singapura	1	1	-0,1	2,0	3,0	6,6	-
Espanha	1	1	1,8	2,6	1,0	4,3	911
Suécia	1		-	-	-	-	-
Estados Unidos			8,6	0,8	0,2	-0,9	1507
			-3,1	10,4	7,9	11,0	1257

Salário Mínimo é um "farol"

Relatório Global dos Salários da OIT (2010-2011) demonstra que no início da segunda década dos anos 2000, o Salário Mínimo brasileiro ainda representava em paridade de poder de compra (US\$ PPC):

- 50% do salário mínimo paraguaio,
- 40% do venezuelano,
- 31% do argentino,
- 1/3 do espanhol e
- 22% do norte-americano

País/Região	Reajuste de Correção	Reajuste de Valorização	2008	2007	2006	2005	Salário mínimo em US\$ (em reais)
Bolivia	1		-	-	-	-	888
Bolívia	1	1	9,0	-3,4	-3,5	8,3	215
Brasil	1	1	12,0	4,8	3,3	6,8	289
Chile	1	1	2,4	-2,2	1,6	2,1	800
Colômbia	1		2,5	0,7	-0,5	3,3	390
Costa Rica	1	1	1,1	0,9	2,0	1,2	489
Costa Rica	1	1	-	-	-	-	-
Chile			-	-	-	-	-
República Dominicana	1		-7,0	8,3	-0,8	13,3	221
Ecuador	1	1	3,3	3,9	8,5	3,8	490
El Salvador	1	1	5,8	0,5	-2,1	7,4	304
Guatemala	1	1	1,6	-0,5	-0,8	4,2	344
Guiana	1	1	-	-	-	-	145
Haiti			-12,5	-8,3	-12,6	176,3	209
Honduras			5,1	3,8	-0,4	98,8	432
Jamaica	1		7,5	4,6	-5,2	0,4	310
México	1	1	0,4	-0,1	-1,1	-0,6	170
Nicaragua	1	1	7,6	6,2	-4,0	11,4	198
Panamá	1		5,0	0,5	-3,9	-2,4	451
Paraguai	1		2,2	1,7	-0,2	2,3	559
Peru	1		6,6	4,1	-1,9	-2,9	334
Trinidade e Tobago			-2,7	-2,3	-10,8	-6,5	285
Uruguai	1	1	12,8	0,0	18,6	0,0	258
Venezuela	1	1	11,3	1,1	-0,3	-4,7	481

Mas, o que chama a atenção? Melhorou o salário-mínimo, mas, de qualquer maneira, o que significa valorização? O que aconteceu de melhorias em termos de salários, num país como o Brasil? Estes da Figura A são os dados, e o último dado internacional comparativo mais sólido que temos é o que aparece no relatório global, que é o do Relatório de Salários da OIT, 2010-2011. Os dados estão em dólar, em paridade de poder de compra, portanto podemos comparar uma coisa com a outra, o que é o salário-mínimo aqui com o de outros países.

Em 2011, em dólar, em paridade de poder de compra, tínhamos um salário-mínimo no Brasil de 286 dólares. Isto significa dizer que tínhamos um salário-mínimo que era 50% do salário-mínimo paraguaio, 40% do venezuelano, 31% do argentino, 1/3 do espanhol e 22% do norte-americano. Significa dizer que, com tudo o que foi melhorando, o salário-mínimo no Brasil ainda era muito baixo. Melhorou, mas temos um mercado de trabalho estruturado em cima de baixos salários, onde o salário-mínimo, que é o patamar mínimo, é a grande representação de um mercado de trabalho fundado em baixos salários. Então com tudo que melhorou desde o governo Fernando Henrique, 30% de valorização em termos reais, 70% de valorização entre os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff, mesmo assim, o salário-mínimo é muito baixo em comparação internacional, isso é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. E é isso que eu quero chamar atenção, pois jogamos a crise que descrevi a vocês em cima de um mercado de trabalho assim. Não podemos subir salário em cima de um mercado assim. Fala-se que a crise será resolvida se fizer ajuste no mercado de trabalho. Reduzindo os salários em um mercado de trabalho assim?

Quadro 8

Usando critérios internacionais para comparação do custo do trabalho...

Custo de Compensação na Manufatura em 34 países selecionados, 2012.
(US\$ por hora)

	País	US\$		País	US\$
1	Noruega	63,36	18	Espanha	26,83
2	Suíça	57,79	19	Nova Zelândia	24,77
3	Bélgica	52,19	20	Cingapura	24,16
4	Suécia	49,80	21	Coréia do Sul	20,72
5	Dinamarca	48,47	22	Israel	20,14
6	Austrália	47,68	23	Grécia	19,41
7	Alemanha	45,79	24	Argentina	18,87
8	Finlândia	42,60	25	Portugal	12,10
9	Austria	41,53	26	República Tcheca	11,95
10	França	39,81	27	Eslováquia	11,30
11	Holanda	39,62	28	Brasil	11,20
12	Irlanda	38,17	29	Estonia	10,41
13	Canada	36,59	30	Taiwan	9,46
14	Estados Unidos	35,67	31	Hungria	8,95
15	Japão	35,34	32	Polônia	8,25
16	Itália	34,18	33	México	6,36
17	Reino Unido	31,23	34	Filipinas	2,10

Fonte: Bureau of Labor Statistics (BLS)

O custo de trabalho no Brasil é alto, chama a atenção o que coloquei no Quadro 8, usando critérios internacionais para comparação do custo do trabalho. Nome importante nesse debate é o do Professor José Pastore, que desenvolveu uma metodologia mostrando o custo do trabalho no Brasil: chegou a 103%. O que estou dizendo é que qualquer um de nós pode desenvolver qualquer metodologia, nós no Cesit ou em qualquer outro lugar se pode desenvolver metodologia, mas, de fato, a metodologia que ele apresentou no debate público brasileiro não tem parâmetro de comparação internacional. Por exemplo, considerar descanso semanal remunerado como custo de trabalho, isso não existe - em nenhum lugar do mundo se calcula assim; férias é custo do trabalho - ninguém calcula assim; tempos mortos variados como custo do trabalho, não há paralelo que se faça em lugar nenhum do mundo calculando dessa maneira. Então vamos pegar uma instituição, que é BLS (U. S. Bureau of Labor Statistics), órgão do governo americano, que calcula o custo do trabalho com os critérios para a comparação internacional sobre o custo do trabalho. Onde está o Brasil? Se olharem no Quadro 8, onde está o Brasil, no final de 2012? No custo do trabalho na manufatura em dólar por hora, numa relação de 34 países, o Brasil é o vigésimo oitavo. Estes são os dados do governo americano para calcular custo do trabalho comparando o que pode ser comparado.

Portanto, no mercado de trabalho com baixos salários, o custo do trabalho não é o que se diz, e também num mercado de trabalho, que é uma das questões aqui, num mercado de trabalho muito rígido. Então temos que baixar salário, temos que flexibilizar as relações de trabalho, pois é um mercado de trabalho muito rígido. Se observarmos, trata-se de um mercado de trabalho historicamente extremamente flexível, pois mais da metade do mercado de trabalho não está protegido por lei, propriamente dito. E vejam, mesmo considerando aqueles que estão protegidos por lei, vamos pensar, trabalhadores contratados de acordo com a CLT, portanto uma parte do estoque de emprego formal, excluídos os trabalhadores estatutários que contam com estabilidade, temos um volume de dispensas enorme. Estou tirando todo mundo que tem contrato regular, digamos, pegando o estoque de emprego formal no Brasil, que é emprego público e emprego no setor privado com carteira. Então se olharmos o que acontece todo ano no Brasil, as dispensas representam aproximadamente 60% do estoque de emprego formal ao ano - vejam, temos estoque de emprego formal e todos que forem demitidos representam 60% desse estoque. Não é que 60% mudam de emprego todo ano. O volume de dispensas - porque o mesmo trabalhador pode mudar duas ou três vezes por ano de emprego - mas o volume de dispensas representa 60% do estoque de emprego formal, e olha que interessante: dessas dispensas, 2/3 ocorrem com trabalhadores com menos de um ano com emprego e 1/3 com menos de três meses. Dá para dizer que é rígida a relação de trabalho? Um mercado de trabalho que a Justiça do Trabalho dificulta tudo isso?

Na verdade os dados indicam que o comportamento é muito recorrente de demissão e admissão. É o mercado de trabalho não só com baixos salários, desorganizado do ponto de vista institucional, mas também com alta rotatividade. Mesmo no período de crescimento, como tivemos antes, a rotatividade era enorme, porque, inclusive, é uma estratégia do trabalhador: quando o mercado de trabalho está melhor ele muda de emprego para tentar um emprego melhor. Mesmo quando estava crescendo, tivemos alta rotatividade, o sujeito saía de um emprego e ia para outro - não há rigidez no mercado de trabalho nesse sentido, é o que está sendo dito.

Enfim, no fundo, é o que prevalece no debate atual sobre a reforma trabalhista. Como o Professor Pedro falou anteriormente, num quadro profundo de crise vem o tema da competitividade. É preciso fazer reforma trabalhista para que a economia tenha mais competitividade, mais competitividade entre os empresários. Que é preciso reduzir os custos do trabalho, reduzir a rigidez salarial, flexibilizar as relações do trabalho num mercado de trabalho já fundado em baixos salários e altamente flexível. E é isso que eu gostaria de chamar a atenção: no fundo, é a imposição de um sofrimento e de uma desorganização maior ao mercado de trabalho, sem efeito concreto nenhum, a não ser esses mesmos efeitos que comentei.

Termino me colocando à disposição para perguntas e discussão. Agradeço novamente o convite. Muito obrigado.

3 REFERÊNCIA

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado.

Brazilian Keynesian Review, v. 2, n. 2, Associação Keynesiana Brasileira, p. 252-263, 2016. ISSN: 2446-8509.